

HABEAS CORPUS Nº 527.380 - DF (2019/0242074-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITORIOS
PACIENTE : ANTONIO JOSE DA CONCEICAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

ANTONIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 0007773-03.2018.8.07.0000, em que **foi cassada a comutação de penas**.

A defesa assere que, "tendo sido descumpridas as condições do livramento condicional antes do período relevante do decreto, no longínquo ano de 2011 e 2012, satisfeitos estão os requisitos para comutação, já que não há controvérsia quanto ao requisito objetivo" (fl. 7). Requer, assim, **seja concedida a benesse executória**.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem.

Decido.

Na hipótese, por entender que o apenado não preenchia todos os requisitos para auferir o benefício da comutação de penas, a Corte de origem cassou a comutação deferida pelo Juízo de execução com fulcro no Decreto Presidencial n. 9.246/2017.

Na espécie, consoante detalhado pela Corte de origem, "**o agravado, ao praticar falta grave (novo crime), enquanto beneficiado com o livramento condicional, deixou de atender ao requisito subjetivo para a concessão do benefício da comutação de pena**" (fl. 42, sublinhei). Destacou-se que, "em 17-julho-2016, **o Magistrado da execução revogou o livramento condicional do embargante em razão**

de ele ter sido condenado, em sentença irrecorrível, por crime cometido durante a vigência do benefício" (fl. 62).

Considero, portanto, que **o sentenciado não preencheu todos os requisitos exigidos no decreto para a concessão do benefício**, pois, consoante previsto no art. 4º, IV, do Decreto Presidencial n. 9.246/2017, "[o] indulto natalino ou a comutação não será concedido às pessoas que [...] **tenham descumprido as condições fixadas para a prisão albergue domiciliar**, com ou sem monitoração eletrônica, **ou para o livramento condicional**, garantido o direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa" (destaquei).

Com efeito, é imperioso ressaltar o caráter taxativo do favor legal, concedido pelo Chefe do Poder Executivo, que não comporta outras hipóteses fora da sua própria disciplina. Assim, **a concessão de indulto ou comutação da pena é ato de indulgência do Presidente da República, condicionado ao cumprimento, pelo apenado, das exigências taxativas previstas no decreto de regência.**

Sobre o caso em apreço, destaco o seguinte precedente:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DECRETO N.º 9.246, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. PEDIDO DE COMUTACÃO DA PENA. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA PRISÃO DOMICILIAR. REQUISITO NÃO PREENCHIDO. ORDEM DENEGADA.

1. O art. 4.º, inciso IV, do Decreto n.º 9.246, de 21 de dezembro de 2017, **veda expressamente a concessão de comutação de pena a apenado que tenha descumprido as condições fixadas para a prisão "albergue" domiciliar.**

2. Ordem de habeas corpus denegada (HC n. 487.015/RS, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 2/9/2019, destaquei).

À vista do exposto, **denego a ordem.**

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator